

Reforma tributária e o longo caminho em direção à justiça social

» FRANCELINO VALENÇA

Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) e auditor fiscal do Tesouro do Estado de Pernambuco

A injustiça tributária no Brasil tem sido um fator preponderante na perpetuação da desigualdade social. Mesmo figurando como a nona maior economia mundial, o país ainda se encontra entre os 20 mais desiguais em relação à renda, o que causa a pobreza e a desigualdade social. Essa realidade deveria ser um catalisador para mudanças no sistema tributário nacional, injusto por acenar a concentração da renda e riqueza e aumentar os recursos destinados a áreas cruciais, como as de educação, saúde, infraestrutura e saneamento.

Em estudo apresentado na reunião do Grupo dos Vinte (G20), em fevereiro, a Oxfam Brasil destacou a discrepância na tributação entre os mais ricos e os demais cidadãos do mundo, apontando que um imposto de 5% sobre as fortunas dos bilionários poderia contribuir significativamente para reduzir as desigualdades sociais e enfrentar a crise climática. No encontro, o governo brasileiro cumpriu papel relevante ao propor uma cooperação internacional para a tributação global de bilionários, bem como medidas concretas contra a evasão fiscal.

No país, a disparidade tributária é evidente em um cenário em que os contribuintes milionários pagam alíquotas efetivas de imposto de renda ínfimas, significativamente menores do que os de renda mais baixa. Embora o Executivo tenha começado a taxar os super-ricos, via tributação de fundos exclusivos, e empresas offshore — impostos esses que impulsionaram um recorde de tributação em janeiro —, ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar a equidade social, pois, apesar de imprescindíveis, esses mecanismos, sozinhos, não corrigem a natureza regressiva do sistema tributário brasileiro.

O governo federal teve o mérito de pautar e articular o debate sobre as alterações do sistema, em 2023, no Congresso Nacional. No entanto, ao priorizar a apresentação da reforma pelo consumo, adiando as mudanças sobre a renda e o patrimônio, abriu espaço para avanços limitados em relação à justiça tributária no país, que segue na lista das nações que tributam mais sobre o consumo do que sobre a riqueza.

Embora seja muito bem-vinda por sua capacidade de unificar os impostos, reduzir a burocracia e acabar com a guerra fiscal entre os estados brasileiros, entre outros pontos, a reforma sobre o consumo apresenta avanços limitados. Apesar de seu potencial para estimular a economia, mantém uma das maiores cargas de impostos do mundo e segue penalizando os cidadãos com menor renda na compra de bens e serviços — apesar dos mecanismos como o cashback. Infelizmente, o texto aprovado mantém privilégios, como evidenciado pelas brechas que permitem isenções fiscais



na tributação sobre heranças destinadas a fundações, além da isenção de veículos, como jatinhos ou lanchas, classificados como de uso artesanal ou de subsistência.

Ainda assim, a reforma traz melhoras para o sistema tributário e gera expectativas e questionamentos sobre seu alcance e impacto efetivo na sociedade brasileira. Em meio a eleições municipais e disputas pela eleição das presidências do Congresso Nacional em 2025, há quem diga que não será possível regulamentar o novo modelo ainda neste ano. Caso o cronograma se cumpra, os mecanismos começam a vigorar, de forma gradual, começando a ser executado apenas em 2027, com nova CBS e a extinção de PIS e Cofins. O tempo da transição completa é de 50 anos, quanto à repartição entre os entes federativos, oito anos para o seu funcionamento. O sistema trará ganhos graduais aos estados e municípios, que perceberão plenamente após um período significativo. Destaca-se que a falta de uma tradição de continuidade e defesa de programas estatais representa um desafio adicional para a efetivação das mudanças propostas.

Preocupa o adiamento da entrega da proposta de alterações de tributação sobre a renda. A mudança é essencial para que o sistema tributário seja justo, para que os mais ricos contribuam mais, e os de menor renda, menos. É crucial encerrar os privilégios concedidos aos mais afluentes, como a isenção de impostos sobre lucros e dividendos, a desoneração da folha de pagamento e dos benefícios fiscais para alguns setores.

Os sistemas tributários têm o papel de reduzir a concentração de renda, e isso não significa acabar com a riqueza, mas distribuir os recursos de forma equitativa, para o desenvolvimento de nações mais justas e sustentáveis.

Num cenário onde apenas 1% da população detém um quarto da renda nacional e mais de 30 milhões enfrentam a fome, a necessidade de mudanças tributárias torna-se fundamental e urgente. A má distribuição de renda e o acesso deficitário à educação contribuem para agravar essa situação, exacerbando as desigualdades. A redução dessas disparidades tributárias não apenas promove a justiça social, mas também fortalece os fundamentos democráticos do país.

Em busca da eliminação do câncer do colo do útero

» TAINÁ RAIOL

» ANA RIBEIRO

Pesquisadoras do Projeto MARCO na Fiocruz Brasília

O mês de março se destaca como o período de conscientização da campanha Março Lilás, dedicado à luta contra o câncer de colo do útero (CCU). Essa doença figura como uma das principais causas de mortalidade por câncer entre mulheres no Brasil. Entretanto, é uma das mais preveníveis. A infecção pelo papilomavírus humano (HPV) é o principal fator de risco para o desenvolvimento desse tipo de câncer. A vacinação contra o HPV, em conjunto com testes de rastreio de alto desempenho, desempenha um papel fundamental na detecção precoce da doença, aumentando as chances de tratamento bem-sucedido.

Dentre os 200 tipos de HPV identificados até o momento, cerca de 13 são classificados como de alto risco pela maior associação com o desenvolvimento de lesões pré-cancerosas e CCU. Apesar de a maioria das infecções por esses tipos de HPV não apresentarem sintomas e tenderem a regredir naturalmente, algumas podem persistir e evoluir para o câncer. Em 2023, o CCU foi a quarta maior causa de morte em mulheres no Brasil (6,06%), segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), sendo as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste as que apresentam maiores taxas de mortalidade.

A prevenção do CCU baseia-se em três pilares principais: vacinação, rastreamento e tratamento. No Brasil, a vacinação contra o HPV é recomendada para meninas e meninos entre 9 e 14 anos, além de grupos de risco específicos. O rastreamento do CCU é realizado pelo exame citológico papanicolau — entretanto, o uso desse exame por décadas tem se mostrado insuficiente para reduzir de forma efetiva os casos de CCU. Avanços recentes na estratégia de rastreamento do CCU têm proporcionado melhorias na detecção precoce e na prevenção dessa doença.

Uma dessas inovações é a incorporação de testes moleculares para detecção do HPV de alto risco, que têm se mostrado mais sensíveis e eficazes na identificação de lesões pré-cancerosas. Quando esses testes incluem genotipagem estendida de HPV, oferecem uma maior precisão na triagem, permitindo intervenções precoces e reduzindo a necessidade de exames invasivos desnecessários. Nesse contexto, por meio da portaria SECTICS/MS nº 3, de 7 de março de 2024, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (Conitec) recomendou a incorporação no SUS do uso de testes moleculares para detecção de HPV de alto risco.

Melhorias nos métodos de diagnóstico com o uso de autocoleta para o teste de HPV têm proporcionado uma maior conveniência e acessibilidade às mulheres, especialmente às comunidades remotas ou com dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Essa abordagem permite que as mulheres coletem as próprias amostras, aumentando a taxa de adesão ao rastreamento e diminuindo as barreiras de constrangimento e desconforto associadas aos exames ginecológicos tradicionais.

Outro avanço importante é a integração de tecnologias de coleta de imagem digital do colo do útero, que oferece uma visualização mais detalhada e precisa das lesões cervicais. Isso possibilita uma avaliação mais minuciosa das alterações precursoras, permitindo um diagnóstico mais preciso e intervenções terapêuticas mais direcionadas.

Estratégias que incluem essas tecnologias inovadoras têm sido disponibilizadas gratuitamente em iniciativas de pesquisa, como no Projeto MARCO (Manejo do Risco de Câncer Cervical), conduzido pela Fiocruz Brasília em parceria com Inca, Ministério da Saúde, HUB-UnB/Ebserh e o Instituto Nacional de Câncer dos Estados Unidos (NCI/NIH), que integra o Consórcio PAVE (HPV e Avaliação Visual Automatizada). O Projeto oferece uma estratégia completa de rastreio e triagem baseadas em teste de HPV de alto risco e, subsequente, tratamento para mulheres de 30 a 49 anos positivas para HPV, assim como a garantia de continuidade do acompanhamento dessas mulheres pela parceria com a rede de saúde do SUS.

Iniciativas como essa representam um passo importante para o desafio atual de elaborar políticas voltadas para a população socioeconomicamente desfavorecidas, vulnerabilizadas e em maior risco de câncer, com consequente redução das barreiras de entrada nos serviços de saúde e implementação de estratégias de rastreamento acessíveis, sendo desenvolvidas a partir da avaliação situacional de cada população.

Os avanços nas estratégias de prevenção do CCU são um grande passo na luta contra essa doença, reduzindo sua incidência e mortalidade, com um acesso equitativo às soluções de saúde.

Judia, mas não muito

» JORGE ANTUNES

Maestro, compositor, membro da Academia Brasileira de Música e autor da ópera Olga

Cheguei às 10h e o Dr. Kracowsky me esperava na recepção. Apesar de o cônsul brasileiro Orlando Scalfo Jr. ter marcado o encontro oficialmente, especificando a razão da visita, fiquei frustrado: o Dr. Shmuel Krakowski, diretor do Yad Vashem, não se lembrava do objetivo da minha visita. Minha frustração chegou à perplexidade quando eu soube que ele nunca tinha ouvido falar em Olga Benário. Tive que relembrar tudo e até mesmo mostrar-lhe a sua própria carta. Creio que a carta de aceitação que ele me enviara em fevereiro foi feita de modo automático, sem qualquer atenção.

No título que dei a este artigo está a palavra "judia". O leitor pode ficar à vontade para considerar a palavra como sendo um substantivo ou um tempo verbal. Como substantivo, a palavra se reporta a Olga Benário que, ao que parece, para o Museu do Holocausto, "não era lá muito judia". Como tempo verbal, resulta do verbo judiar cujo uso devemos evitar por ser termo preconceituoso, como na frase que li, recentemente, no Facebook: "Agora judiam os que foram judiados".

Hoje, pelo que vi — ou não vi — no Yad Vashem, estou convencido de que a reprimenda que o ministro Israel Katz dirigiu ao embaixador Frederico Meyer foi ridícula, não me causando surpresa. O Yad Vashem e o atual governo de Israel não sabem que os laços que unem o Brasil à comunidade judaica não se resumem a Osvaldo Aranha, Aracy Moebius de Carvalho e Guimarães Rosa. Temos também Olga Benário.

Ver que o Yad Vashem e seu diretor, em 1992, desconheciam a judia Olga Benário tornava-se

algo incompreensível porque, naquele ano, viamos nas vitrines das livrarias de Tel Aviv e Jerusalém a edição em inglês do livro de Fernando Morais publicado pela Grove Weidenfeld.

Era 1º de outubro de 1992 e eu, com bolsa do CNPq, dava seguimento às minhas pesquisas durante o longo período de um ano que durou meu pós-doutorado iniciado em Paris, com estágio no UPIC sob a orientação do mestre Yannis Xenakis. Minha busca era primordial para concluir o terceiro ato de minha ópera Olga. Antes, eu visitara os quatro principais locais em que Olga estivera: Barminstrasse, a prisão de Moabit e os campos de concentração de Ravensbruck e de Bernburg, hoje museus. Descobertas importantes eu fiz, as quais eu viria a incluir na ópera, convencendo o libretista Gerson Valle. Eram fatos importantíssimos não relatados nem no livro de Ruth Werner, nem no de Fernando Morais. Saliento dois dos grandes achados: a canção que Olga e seus jovens camaradas cantavam durante as ações da Juventude Comunista Alemã em 1928 e o estranho Rassenuntersuchung, exame de raça a que Olga foi submetida.

No Yad Vashem, tive acesso a vários rolos de microfiches com reproduções de fichas com informações sobre judeus do Holocausto. Descoberta interessante fiz após a consulta no acervo completo do Yad Vashem e nas conversas com o diretor e as funcionárias: eles não davam qualquer importância ao campo de concentração de Bernburg, onde Olga foi assassinada na câmara de gás, vítima do famoso Zyklon B, o gás cianídrico. Enfim, como diria minha mãe, fui buscar lá e saí tosquiado:

acabei, eu, fornecendo informações sobre Olga, informações que o diretor e sua assistente anotavam com muita atenção. Não sei se hoje, passados 21 anos, a situação é outra e se minhas informações foram levadas em conta.

A biblioteca do Yad Vashem é riquíssima em fontes primárias para quem busca pistas de familiares judeus desaparecidos. A biblioteca conta com dezenas de livros com os nomes dos passageiros judeus franceses enviados, deportados, para os campos de concentração. Foram milhares de adultos e milhares de crianças. Ainda na biblioteca, encontrei um livro com a relação completa dos nazistas filiados ao *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* que viviam no Brasil, em 1936. Encontrei também documentos secretos do Ministério das Relações Exteriores dos Estados Unidos da América com referências aos encontros e aos acordos entre Getúlio Vargas e Roosevelt. Mas não encontrei, na biblioteca, nada sobre Olga Benário.

O fato de o Yad Vashem não saber nada sobre Olga e não ter montada nenhuma homenagem ou exposição sobre ela era uma incógnita, dando lugar a diferentes interpretações. Olga não era importante judia que combatera com garra o nazismo e o fascismo? O fato de ela ter sido grande líder comunista encobria sua condição de judia?

No último 19 de fevereiro, o senhor Dani Dayan, atual presidente do Museu do Holocausto, criticou duramente Lula afirmando que a fala do presidente representava "antisemitismo flagrante". Será que o apagamento da memória de Olga Benário no Yad Vashem se tratava de "anticomunismo flagrante"?